

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, maio de 2018, número 125. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Acampamentos em Mato Grosso do Sul: retomada da luta pela terra?**

### ARTIGO DO MÊS

**O processo de estrangeirização da terra na América Latina: o estudo de caso da Argentina.**

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

### EVENTOS

#### **XIX Encontro Nacional de Geógrafos**

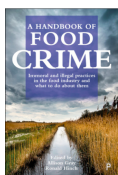
**“Pensar e fazer a Geografia brasileira no século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial”**

UFPB/João Pessoa – Paraíba, 01 a 07 de julho de 2018.

#### **I Congresso Ibero-Americano Nós Propomos**

IGOT/Lisboa – Portugal, 07 a 12 de setembro de 2018.

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**A handbook of food crime. Immoral and illegal practices in the food industry and what to do about them.**

*Edited by: Allison Gray and Ronald Hinch.*

In this insightful book, Gray and Hinch explore the phenomenon of food crime. Through discussions of food safety, food fraud, food insecurity, agricultural labour, livestock welfare, genetically modified foods, food sustainability, food waste, food policy, and food democracy, they problematize current food systems and criticize their underlying ideologies.



**De Olho no Paraguai**

*Realização: De Olho nos Ruralistas.*

Está no ar o site De Olho no Paraguai. Em 36 reportagens, ele conta um pouco da história do domínio de uma boa parte do território paraguaio por latifundiários – e empresas agropecuárias – brasileiros. Não se trata de mais um relato sobre a presença de brasiguaios, os colonos, no país vizinho. É sim de um retrato dos grandes proprietários de terra, que não necessariamente moram no Paraguai. Para ver: [goo.gl/834dFe](http://goo.gl/834dFe)



**PodCast Unesp – Pod Territorial.**

*Autores: Vários*

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

#### **EQUIPE:**

*Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).*

*Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.*

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## **ACAMPAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL: RETOMADA DA LUTA PELA TERRA?**

### **Sedeval Nardoque**

Doutor em Geografia. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia – UFMS/CPTL  
Labet/Dataluta-MS  
[nardoque@hotmail.com](mailto:nardoque@hotmail.com)

### **Miecleslau Kudlavicz**

Mestre em Geografia. Representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT/MS)  
Labet/Dataluta-MS  
[mie3l@uol.com.br](mailto:mie3l@uol.com.br)

### **Danilo Souza Melo**

Doutorando em Geografia – UFG/Regional Jataí  
Labet/Dataluta-MS  
[danielosouza.geo@hotmail.com](mailto:danielosouza.geo@hotmail.com)

## **ARREFECIMENTO NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL**

O presente texto é resultado de reflexões dos autores realizadas no Grupo de Estudos Terra e Território (GETT) e do Projeto Dataluta/MS<sup>1</sup>, no Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas aliadas às atuações de seus autores no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS (Nedet/Bolsão)<sup>2</sup>. Este trabalho objetiva apontar as nuances da luta pela terra em Mato Grosso do Sul durante os Governos do PSDB e PT, e a ineficácia da política de Reforma Agrária nos governos Lula e Dilma, mas agravada no pós- Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista de 2016 que alçou ao poder Michel Temer.

Para tanto, utilizou-se do arcabouço teórico da Geografia Agrária aliado aos dados secundários do Banco de dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estes foram sistematizados em gráficos apresentados ao longo deste texto. Soma-se a estes procedimentos um conjunto de informações empíricas registradas em entrevistas e fotografias durante trabalhos campo realizados em Mato Grosso do Sul.

Os dados do DATALUTA revelam que a luta pela terra em Mato Grosso do Sul apresentou relativo declínio nos governos petistas (Lula, de 2003 a 2006 e 2007 a 2010; Dilma, de 2011 a 2014 e 2015 a 12 de maio de 2016), sobretudo levando-se em consideração a queda nas ocupações de terra, em comparação aos dois mandatos do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2000 a 2002), do PSDB, como observa-se no gráfico 1.

No Governo FHC, “[...] o acirramento ocorreu dos dois lados, pois as ocupações de terra aumentaram, justamente pelo fato de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tornar-se seu principal opositor, aumentando suas ações” e, por outro lado, o governo adotou medidas de violência e de criminalização dos movimentos socioterritoriais. (NARDOQUE, 2017, p. 254-55). De acordo com

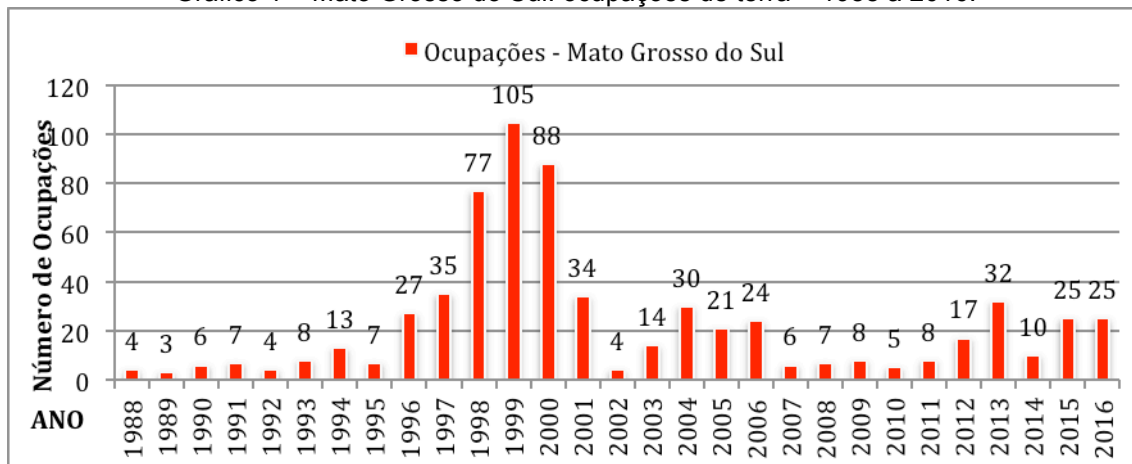
---

<sup>1</sup> O Projeto Dataluta/MS (Banco de Dados de Luta pela Terra em Mato Grosso do Sul) resulta de editais (PAEXT) internos, desde 2014, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ligados à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte. O referido projeto vincula-se à Rede Dataluta Brasil.

<sup>2</sup> O Nedet/Bolsão derivou do Projeto de Extensão/Pesquisa “Implantação e manutenção do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS” (CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014), desenvolvido entre dezembro de 2014 a março de 2017.

Nardoque e Melo (2016), os registros do DATALUTA/MS apontam para o protagonismo dos movimentos indígenas de luta pela terra, por meio das retomadas dos territórios tradicionais, no Centro-Sul do estado.

Gráfico 1 – Mato Grosso do Sul: ocupações de terra – 1988 a 2016.

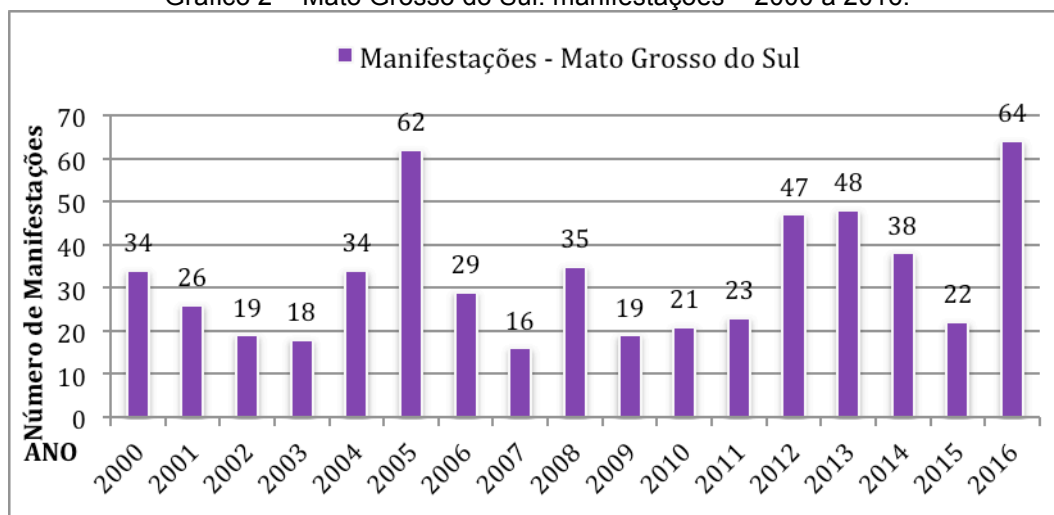


Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra — 2017.

Por outro lado, as manifestações acentuaram-se nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em comparação aos governos de FHC (PSDB), como observa-se na gráfico 2. A situação se inverteu em relação às manifestações promovidas pelos movimentos socioterritoriais em Mato Grosso do Sul, em parte, a explicação assenta-se no alinhamento entre o PT e o MST, reduzindo-se as ações, como as ocupações de terra nos dois mandatos do Governo Lula e do Governo Dilma (MELO; NARDOQUE, 2014). Cabe destacar o processo de criminalização dos movimentos socioterritoriais e de suas ocupações por meio das Medidas Provisórias 2.027-38 e 2.109-52 promulgadas no final do governo FHC.

Mesmo com a paralisação da Reforma Agrária, com o não cumprimento das metas estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária, que era assentar e regularizar 314.942 famílias, entre 2003 e 2005, o MST não partiu para o enfrentamento e para a cobrança da realização de, pelo menos, a meta estabelecida pelo governo. Passou a adotar outras formas de luta, como as manifestações por mais crédito e a defender a luta contra o capital e o agronegócio. Portanto, o MST adotou outra estratégia, na busca de fortalecimento da produção nos assentamentos por meio de associações e cooperativas e agroecologia, contrapondo-se ao modelo hegemônico. Também, o arrefecimento deu-se pelo aumento e do ganho real do salário mínimo e dos programas sociais, como o Bolsa Família, desmobilizando-se a luta pela terra. (NARDOQUE, 2017).

Gráfico 2 – Mato Grosso do Sul: manifestações – 2000 a 2016.



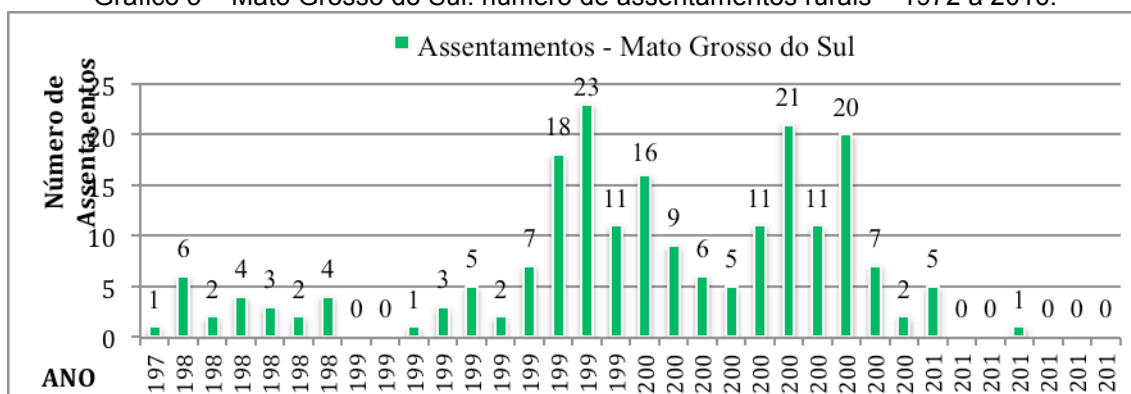
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra. 2017.

Outra prática adotada nos governos do PT foi a redução da desapropriação como forma de arrecadação de terras para Reforma Agrária, como possibilidade de punir o latifúndio improdutivo, totalizando apenas 21 desapropriações<sup>3</sup>, contra 84 no Governo FHC, em Mato Grosso do Sul. Por outro lado, para agradar os capitalistas e os latifundiários, optou-se pela compra de 60 imóveis para fins de assentamento, contra três no Governo FHC. Esta atitude demonstrava claramente a intencionalidade de promover a “paz” no campo, fazendo “reforma agrária” sem conflitos. (NARDOQUE, 2017).

Segundo Oliveira (2007, p.178), não se fez e não se faz Reforma Agrária no Brasil porque “[...] não se quer desapropriar os grandes imóveis para não desestabilizar o agronegócio [...]”, claramente na lógica de “[...] um finge que faz a reforma agrária, o outro finge que acredita [...]”, sobretudo na crítica aos movimentos socioterritoriais.

O resultado foi a redução no número de assentamentos rurais no Governo Dilma Rousseff (2011 a 2014 e 2015 a maio de 2016), em Mato Grosso do Sul, como observa-se no gráfico 3.

Gráfico 3 – Mato Grosso do Sul: número de assentamentos rurais – 1972 a 2016.



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – Dataluta, 2017.

<sup>3</sup> Para ver mais sobre o assunto, consultar Kudlavicz (2011).

## A RETOMADA DA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL?

A não realização da Reforma Agrária nos governos do PT, somando-se ao Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista ocorrido em 2016 no Brasil, fizeram-se aumentar as taxas de desemprego e a retração do salário mínimo, além dos cortes no Orçamento Geral da União, sobretudo em saúde e educação, aumentando os níveis de pobreza, impelindo-se a retomada da luta pela terra no Brasil (FERNANDES *et. al.* (2017); CLÉPS JÚNIOR (2017) e SOBREIRO FILHO *et.al.* (2018) e em Mato Grosso do Sul, de acordo com levantamentos realizados pelo DATALUTA/MS.

No estado, segundo a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFA/MS), há 6.638 famílias acampadas reivindicando Reforma Agrária, espacializadas em 58 acampamentos, em diversos municípios, mas, destacando-se 10 em Campo Grande, nos contornos rodoviários da cidade, ou seja, no Anel Viária e na BR-262.

Segundo informações coletadas junto aos movimentos socioterritoriais, nos últimos anos, os movimentos de luta pela terra, em Mato Grosso do Sul, diversificaram-se, com o surgimento de vários, mas com a formação de três frentes, como são denominados os grupos que unificam a luta pela terra: a **Coalizão**, englobando a Frente Nacional de Luta (FNL), o Movimento Sul-mato-grossense da Agricultura Familiar (MAF) e o Movimento Popular de Luta (MPL); **Unitária**, com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Luta por Reforma Agrária (MCLRA), do NOVO, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Organização de **Luta pela Terra** (OLT), da Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, da Federação da Agricultura Familiar (FETAGRI/MS), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB/MS); a **Independente** é formada por apenas um movimento, a FAF (Federação da Agricultura Familiar).

Em Campo Grande, capital do estado, no contorno rodoviário, denominado de Anel Viário, e na BR-262, os acampamentos proliferam, “[...] chegando a cada dia mais famílias”<sup>4</sup>. Nestes acampamentos estão presentes os seguintes movimentos: Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, com quatro acampamentos nas proximidades da capital; Movimento Popular de Luta; Frente Nacional de Luta, com três acampamentos. Notou-se, no decorrer do trabalho de campo, que estes movimentos mobilizam famílias das periferias de Campo Grande, sobretudo marcadas por traços camponeses e por históricas de desemprego, de migração e de pobreza, acampadas em cerca de 700 barracos. É comum muitos deles estarem desocupados no decorrer do dia, pois muitas pessoas trabalham na cidade. Portanto, os acampamentos nas proximidades de Campo Grande são uma estratégia de reprodução social destes sujeitos, mesmo que de forma precária, como registrado em uma das falas: “Pelo menos aqui não pagamos aluguel nem água e luz”. A figura 4 demonstra, mesmo que parcialmente, os registros destes acampamentos.

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada com acampados no Anel Viário de Campo Grande, realizada no dia 28 nov. 2017. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Figura 4 – Campo (MS): acampamentos no Anel Viário e na BR-262.



Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2017. Fotos: Mieceslau Kudlavicz.

Outra grande concentração de acampados em Mato Grosso do Sul localiza-se no município de Dois Irmãos do Buriti, na BR-262 e no acesso à cidade, formado por cerca de 600 famílias, segundo as lideranças do MST, do MCRLA, da CUT, do NOVO, da FETAGRI/MS, da OLT, da CBT/MS, das Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, organizadores dos acampamentos da Frente Unitária. A reivindicação é pela desapropriação da Fazenda Corrente, de 7 mil hectares plantados parcialmente com eucalipto e, segundo as lideranças, pertence ao Grupo MMX, de Eike Baptista. Uma das estratégias dos movimentos é a ocupação com membros de famílias já assentadas (no caso do MST) e no decorrer dos finais de semana, pois a maioria das famílias trabalha nas fazendas da região ou nas cidades. Nos dias da semana, os mais velhos e as mulheres permanecem nos acampamentos, cuidando dos barracos, de pequenas plantações e da criação de pequenos animais, estratégia usada pelos demais movimentos socioterritoriais. Um dos motivos desta estratégia foi motivado pelo corte das cestas básicas, sendo assim “[...] Para se manter no acampamento tem que ter emprego” e, além disso, “[...] o governo fez uma divisão entre nós, os pequenos lutando contra os pequenos, num enfrentamento com nós mesmos”, afirmou a líder do MST sobre as dificuldades da luta pela terra em Mato Grosso do Sul. E arrematou, afirmando sobre as dificuldades no decorrer dos governos do PT: “[...] Quando o governo é nosso é mais difícil bater. Abrem negociações”. Esta afirmação é contraditória, sobretudo em relação ao Governo Dilma, pois fez-se apenas 1 assentamento no decorrer de seus anos no poder em Mato Grosso do Sul. Na figura 5 há registros fotográficos deste grande acampamento às margens da BR-262.

Figura 5 – Dois Irmãos do Buriti/MS: acampamentos.



Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2017. Fotos: Mieceslau Kudlavicz.

No município de Terenos, às margens da BR-262, Km 367, há o acampamento Estrela 10 com 280 barracos, mas nem todos ocupados, também estratégia usada pelo Movimento da Agricultura Familiar Sul-Mato-Grossense (MAF), pois a maioria das pessoas trabalha nas cidades ou nas fazendas da região e somente retorna aos finais de semana.

Neste município, o MAF reivindica a desapropriação da Fazenda Onoda de 1.136 hectares, próxima da Colônia Jamic, que pertenceu ao imigrante japonês Hiroo Onoda. A Colônia Jamic teve sua origem em 1957, resultante de imigração japonesa subvencionada pela Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA), pela compra de 36 mil hectares de terras no distrito de Várzea Alegre, município de Terenos, distribuídos entre à 35 famílias<sup>5</sup>. Hiroo Onoda, herói japonês da Segunda Guerra, chegou ao Brasil em 1975, em decorrência de laços de parentesco na referida colônia, adquiriu a Fazenda Onoda, mas retornou ao Japão em 1984.

Com a morte do fazendeiro nipônico, em 2014, no Japão, sua fazenda tornou-se alvo de disputas por sua desapropriação, envolvendo diversos movimentos socioterritoriais, inclusive sendo vistoriada e avaliada pelo INCRA em 2014 e 2015<sup>6</sup>, mas, sem, no entanto, ser desapropriada para fins de Reforma Agrária. Após várias ocupações pelo MST, FNL, somente o MAF possui o acampamento às margens da BR-262, nas proximidades da Fazenda Onoda, como pode ser observado na figura 6.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.primeiranoticia.ufms.br/cultura/colonia-jamic-comemora-maior-producao-de-ovos-do-centro-oeste-no-mes-d/33/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/processos-de-contas-anuais/2015/sr-16---mato-grosso-do-sul/relatorio\\_sr16.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/processos-de-contas-anuais/2015/sr-16---mato-grosso-do-sul/relatorio_sr16.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Figura 6 – Terenos/MS: acampamento do MAF.



Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2017. Fotos: Mieceslau Kudlavicz.

Mesmo com o surgimento de novos acampamentos, sobretudo na BR-262, em Dois Irmãos do Buriti, no Anel Viário e na BR-262, em Campo Grande, há outros em Mato Grosso do Sul com mais de 10 anos, como é o caso do Acampamento Santa Olinda, no Distrito de Quebra Coco, em Sidrolândia, com mais de 300 barracos (Figura 7), muitos deles abandonados pela longa espera pela desapropriação das terras da Usina Sucoenergética Agrisul Agrícola, controladora da Fazenda Santa Olinda, pertencente ao Grupo J. Pessoa. Há 12 anos vários movimentos sociais (MST, FETRAGRI, MCLRA) atuam, ocupando a fazenda ou acampando às margens da rodovia, nas proximidades do distrito, reivindicando o assentamento de famílias na área derivada do processo falimentar da empresa, resultante de dívidas bancárias, previdenciárias e trabalhistas, sobretudo pela exploração de trabalho indígena no corte de cana<sup>7</sup>.

Figura 7 – Sidrolândia/Quebra Coco/MS: acampamento Santa Olinda.



Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2018. Fotos: Mieceslau Kudlavicz.

A longa espera pela desapropriação fez muitas famílias desistirem do acampamento, além da falta de perspectiva depois do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/1008304/justica-condena-cbaa-e-agrisul-pagar-indenizacao-de-r-5-milhoes>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

<sup>8</sup> Segundo entrevistados no acampamento, em 29 de novembro de 2017.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos governos do PT houve recrudescimento da luta pela Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, como demonstrados pelos dados das ocupações de terra (DATALUTA, 2017), principal forma de luta dos movimentos socioterritoriais ao longo de sua história, mesmo intensificando outras ações no período, como as manifestações.

De toda forma, os acampamentos são a maior expressão da luta pela terra no estado, pois não deixaram de existir. A não Reforma Agrária nos anos dos mandatos de Dilma Rousseff (PT) acentuou a formação de acampamento, surgindo 17 novos entre 2011 e 2015, segundo dados da Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário/MS.

O Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista ocorrido em 2016 no Brasil, que alçou ao poder o golpista Michel Temer, até então Vice-Presidente, atingiu os trabalhadores do país, resultado das novas orientações políticas e econômicas em benefício dos grupos econômicos já privilegiados, formados pelos banqueiros, corporações do agronegócio e os ruralistas/latifundiários. Sendo assim, os cortes de recursos no orçamento para programas sociais e para a Reforma Agrária foram drásticos (SOBREIRO FILHO, *et. al.*, 2018), resultando em cortes drásticos no Programa de Aquisição de Alimentos (redução de R\$2.765.436,50, em 2016, para R\$987.529,00 em 2017) e na paralisação total na Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, pois em 2016 e 2017 não se fez nenhuma desapropriação para fins de assentamentos rurais.

Engrossar a fileira dos acampados em Mato Grosso do Sul e retomar a luta pela terra, foi a saída encontrada por parte da população mais pobre do estado, como percebeu-se no levantamento do trabalho de campo realizado em novembro de 2017. A equipe do DATALUTA/MS viajou por vários municípios do estado e encontrou o aumento com novas famílias acampadas às margens das rodovias, sobretudo nos municípios de Campo Grande, Terenos, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. Sentiu-se muita desesperança nas falas dos acampados com o governo golpista, mas, ao mesmo tempo, a desesperança e o empobrecimento de famílias, manifestados nas palavras “Pelo menos aqui não pagamos aluguel nem água e luz”, movem a luta na busca pela autonomia, da autonomia camponesa na retomada pela Reforma Agrária.

## REFERÊNCIAS

CLÉPS JÚNIOR, João. Descaminhos da Reforma Agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise institucional no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n.120, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), dez. 2017.

FERNANDES, Bernardo Maçano *et al.* A Questão Agrária na Segunda Fase Neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n. 109, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), jan. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon (org.). FCT/Unesp. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), Dez. 2017.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

MELO, Danilo S.; [NARDOQUE, Sedeval](#). As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade. **Boletim DATALUTA**, n. 73, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), jan. 2014.

MELO, Danilo S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista Nera**, n.39, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2017.

[NARDOQUE, Sedeval](#). A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul no governos FHC e Lula. In: CAMACHO, Rodrigo Simão; COELHO, Fabiano. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas**. Curitiba (PR): CRV, 2017.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo S. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. **Boletim DATALUTA**, n. 97, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), jan. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SOBREIRO FILHO, José *et al.* O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. **Boletim DATALUTA**, n.122, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), fev. 2018.